

“Nada atrapalha votação de denúncia da CCJ”

Michel Temer mostrou-se confiante ao deixar residência do deputado Heráclito Fortes

AGÊNCIA ESTADO

O presidente Michel Temer disse no início da tarde de ontem, ao deixar a residência do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI), que “nada atrapalha” a votação prevista hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara que aprecia a segunda denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O presidente do colegiado, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), no entanto, pediu ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mais prazo. Ao ser questionado se o vídeo do delator Lúcio Funaro, divulgado no último final de semana, atrapalhava a votação, presidente respondeu que “nada atrapalha”.

Heráclito recebeu o presidente Temer, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, e outros parlamentares para um almoço ontem. “Aqui é proibido falar de crise. A conversa foi uma conversa leve. Se ele tivesse tenso, ele não sairia do Palácio. Prova disso (que não está tenso) é que ele veio aqui sem hora para sair. Eu o convidei para comer uma galinhada. É proibido falar de coisa ruim”, afirmou o deputado após a galinhada.

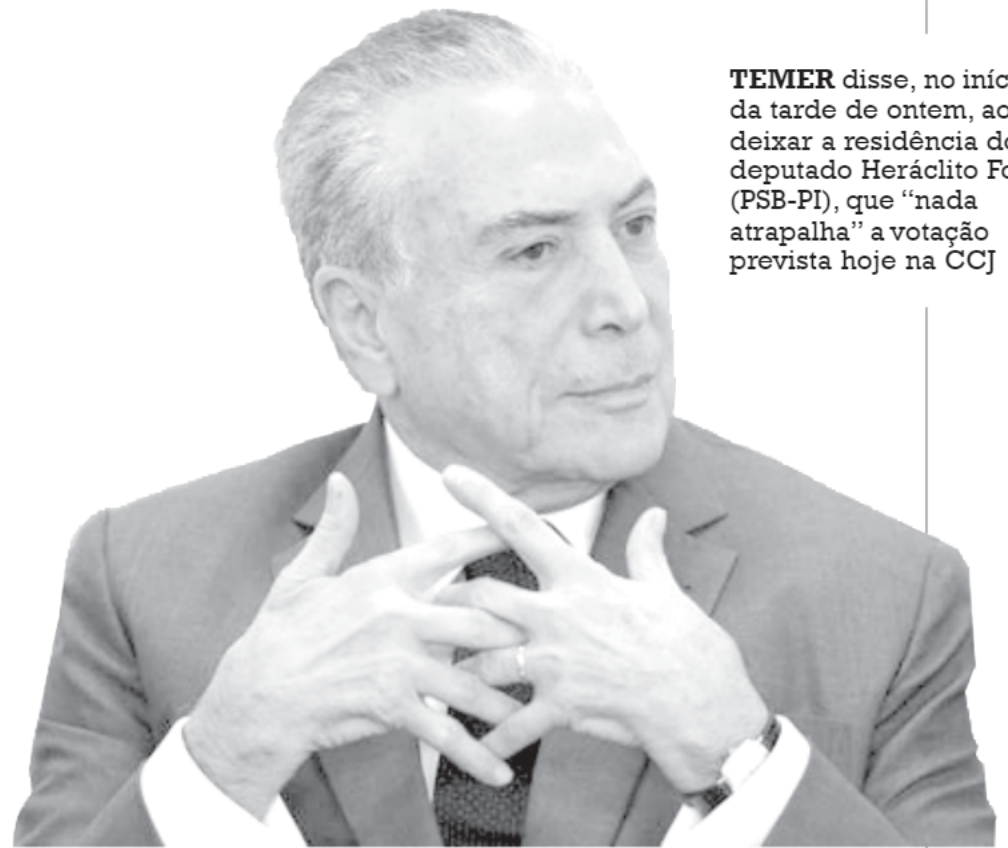
Nesta noite, Temer vai oferecer um jantar para o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), no Palácio do Jaburu. O encontro foi confirmado por auxiliares do presidente, mas também não consta na agenda oficial até o momento. Doria, que tem feito agendas nacionais para se cacifar para concorrer à Presidência no ano que vem, tem agenda ontem em Brasília.

Enquanto Temer comia a galinhada, Pacheco encaminhou para o presidente da Câmara um requerimento solicitando prazo de mais três sessões para o colegiado concluir a apreciação da admissibilidade da segunda denún-

cia contra Temer.

Segundo a assessoria de Pacheco, o peemedebista agiu com precaução porque o prazo das cinco sessões da CCJ para apreciação da denúncia terminará hoje. Os governistas querem votar o relatório do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) hoje, mas Pacheco só encaminhará a votação quando todos os deputados inscritos tiverem se manifestado na comissão. Por volta das 15h15, havia cerca de 40 deputados inscritos para falar.

Carta - O deputado Sergio Zveiter (Pode-Rio) disse que vai devolver a carta enviada a parlamentares pelo presidente Michel Temer. Autor do relatório contra o presidente na primeira denúncia, o deputado fez duras críticas à postura de Temer ontem. “Recebi uma carta do presidente Michel Temer e gostaria de anunciar publicamente que vou devolver. Se houve ou se houver conspiração, o presidente tem que dizer o nome de quem conspirou”, disse o deputado durante a sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que debate a segunda denúncia apresentada contra Temer.



TEMER disse, no início da tarde de ontem, ao deixar a residência do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI), que “nada atrapalha” a votação prevista hoje na CCJ

Em crise com Maia, Temer faz ofensiva a socialistas

ISADORA PERÓN E CARLA ARAÚJO
ESTADÃO CONTEÚDO

Em meio à crise com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o presidente Michel Temer fez ontem uma nova ofensiva em relação a deputados do PSB. Pela manhã, ele recebeu no Palácio do Planalto a líder do PSB na Câmara, Tereza Cristina (MS), e o deputado Fabio Garcia (MT), cujos processos de expulsão do partido estão sob análise do diretório naci-

onal. Temer também almoçou na casa do deputado Heráclito Fortes (PI), outro nome que deseja deixar o PSB.

No mês passado, Maia fez duras críticas a Temer depois que o senador Fernando Bezerra (PE) se filiou ao PMDB. Na época, cobrou lealdade do peemedebista e disse que não poderia “ficar levando facada nas costas”. O presidente da Câmara tenta há meses atrair os descontentes do PSB para fortalecer o seu partido, o DEM.

Ontem, Tereza Cristina admitiu

que mantém diálogo com o PMDB, principalmente por ser muito próxima no seu Estado ao ex-governador André Puccinelli, que é do mesmo partido de Temer. Ela, no entanto, afirmou que ainda não decidiu a qual partido vai se filiar depois que deixar o PSB. “Não quero errar de novo”, disse. Sobre o processo de expulsão do PSB, a deputada cobrou “diálogo” com a direção nacional. Segundo ela, o grupo de descontentes propôs que a sigla liberasse os parlamentares que desejam sair do partido.

Lula contra-ataca e cobra da Odebrecht documentos originais

JULIAAFFONSO E RICARDO BRANDT
AGÊNCIA ESTADO

O ex-presidente Lula, por meio de sua defesa, requereu ao juiz federal Sérgio Moro anteaumentem que determine a força-tarefa da Operação Lava Jato e ao empreiteiro Marcelo Odebrecht que informem se possuem as vias originais de documentos apresentados em ação sobre supostas propinas do Grupo para o petista. No processo, Lula é acusado de receber vantagens indevidas que incluiriam um terreno de R\$ 12,5 milhões para Instituto Lula e uma cobertura vizinha à residência de Lula em São Bernardo de R\$ 504 mil.

O pedido da defesa ocorreu três dias depois de o juiz da Lava Jato ter pedido os originais dos recibos de aluguel da cobertura. O apartamento, vizinho à residência de Lula, está em nome do engenheiro Glaucos Costamarques, apontado pelos investigadores como ‘laranja’ do petista. Glaucos é primo distante do pecuarista José Carlos Bumlai,

amigo de Lula. O petista afirma ter pago o aluguel, e Glaucos nega.

A investigação sobre a autenticidade dos recibos do aluguel que teria sido pago a Glaucos pelo uso do imóvel foi aberta por iniciativa do Ministério Público Federal, por meio de um incidente de falsidade em 5 de outubro. Os advogados do ex-presidente rechaçam a suspeita. Eles haviam entregue à Justiça cópias dos recibos, alguns com datas inexistentes no calendário, como 31 de novembro. Ontem, a defesa de Lula, por meio de um incidente de falsidade aberto em 1 de setembro, questionou três documentos anexados à ação penal. Para todos, pediu ‘realização de exames grafoscópico e documentoscópico’. Os advogados contestaram uma ordem de pagamento que teria duas versões, ‘uma, com apenas uma assinatura e outro com duas assinaturas’. Os defensores querem saber se ‘os documentos contestados são os mesmos e se há uma versão do documento com apenas uma assinatura e outro com duas assinaturas’. Um papel com anotações manuscritas também foi alvo da defesa de Lula.

Tinoco apresenta a vereadores projeto para crédito de R\$ 200 bi

DA REDAÇÃO

O secretário municipal de Cultura e Turismo, Claudio Tinoco, realizou, na tarde de ontem, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Salvador, uma explanação para os vereadores sobre o Projeto de Lei nº 506/17. A matéria do Executivo que tramita na Casa Legislativa busca aprovação para empréstimo de US\$ 60,7 milhões junto ao CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, que será destinado ao Programa de Requalificação de Salvador (Proquali).

De acordo com a mensagem enviada pela Prefeitura de Salvador à Câmara, o Proquali tem objetivo de promover melhoria na qualidade de vida da população, criar alternativas que ampliem a empregabilidade do trabalhador soteropolitano por meio de investimentos em requalificação urbanística relacionadas à infraestrutura. “Com estas ações financiadas por recursos externos, a gente tem um trabalho de fiscalização destas entidades internacionais muito mais

intenso, que garante, inclusive, o melhor uso destes recursos”, frisou Tinoco.

Integram as intervenções do Proquali requalificações urbanas das áreas do Farol de Itapua, da orla Amaralina/Pituba, da Praça Cairu e do Corredor da Fé até a Praça da Base da Colina Sagrada (percurso da Lavagem do Bonfim). Ainda são previstas a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia, a instalação da infraestrutura de Tecnologia da Informação (Salvador Inteligente) e a implantação do Museu da Música Brasileira.

Após a exposição do titular da Secult (Secretaria Municipal de Cultura e Turismo), vereadores da bancada governista parabenizaram o teor da matéria. “Explicação elucidativa”, classificou a vereadora Lorena Brandão (PSC). “Tenho convicção que esta Casa não se furtará da responsabilidade de aprovar este projeto”, declarou Duda Sanches (DEM), destacando a requalificação prevista no programa para o canal do bairro de São Cristóvão.

PONTO DE VISTA

Raymundo Pinto

Estabilidade do servidor público

Muitos jovens, após concluírem a graduação em alguma faculdade, sentem-se inseguros de como entrar no mercado de trabalho, uma vez que há forte concorrência em determinadas profissões e, em outras, o campo encontra-se saturado. Uma quantidade bem expressiva deles resolve matricular-se nos chamados “cursinhos”, que se proliferam em quase todas as cidades de médio e grande porte. Prevalece o sonho de ser aprovado para ocupar uma vaga no serviço público. Mesmo os que não têm nível superior também se preparam com vistas a conseguir um cargo que exija apenas segundo grau ou nível técnico. Se feita uma pesquisa entre os que elegem, como principal meta, submeter-se a um concurso, infelizmente a grande maioria vai afirmar que trabalhar em órgãos públicos oferece

a enorme vantagem da estabilidade na função que venham a exercer.

Desde que foi criada a CGU – Controladoria Geral da União (depois transformada em ministério e que hoje tem outra denominação), sob o comando, durante anos, do baiano Jorge Hage, um número considerável de servidores federais sofreu demissão, por cometerem atos irregulares e até criminosos. Entretanto, a população mais consciente entende que, para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos entes públicos – nos níveis federal, estadual e municipal – não bastam apenas essas medidas punitivas, apesar de considerá-las essenciais no sentido de cumprir o princípio constitucional da moralidade (art. 37 CF/88). É fácil perceber que o povo muitas vezes se revolta com o tratamento

impaciente, deseducado e até grosseiro que recebe de certos servidores. Em outras oportunidades, ocorre o inconformismo quando fica evidente a incompetência e a irresponsabilidade daquele que exerce uma função pública. As deficiências no trato das relações interpessoais podem ser corrigidas mediante cursos e treinamentos. A experiência revela que várias dessas falhas decorrem do fato de que o servidor, após ser nomeado, confia bastante que nunca será punido por causa da estabilidade que goza. Daí um movimento que se expande no país com o objetivo de que seja aprovada uma lei que obrigue uma avaliação periódica dos servidores públicos, para verificar se há, além da conduta irregular, a “insuficiência de desempenho”.

A boa notícia é que,

no início do corrente mês de outubro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou o Projeto de Lei n. 116/17, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), tratando o assunto, tendo como relator Lasier Martins (PSD-RS). De acordo com a proposta original, o servidor seria avaliado por sua “produtividade e qualidade do serviço”, entre outros indicadores, a cada seis meses por seu chefe imediato. Foram apresentadas algumas emendas por membros da referida Comissão, sendo acatadas. A avaliação passou a ser anual e feita por uma “banca” (não ficou clara a quantidade de participantes) especialmente designada para tanto. Ponderou-se que seria perigosa essa tarefa ser confiada a um chefe que, às vezes, tem divergências pessoais com

o avaliado e pode aproveitar-se disso para persegui-lo. Conforme critérios aprovados, o servidor poderá ser exonerado se seu desempenho for considerado totalmente insuficiente em duas avaliações seguidas ou parcialmente insuficiente na média das últimas cinco avaliações a que for submetido. Existe a possibilidade de recurso ao departamento de recursos humanos do órgão público respectivo. Uma das emendas aprovadas recomenda que, antes da exoneração, seja oferecido ao servidor com desempenho insuficiente um curso de aprimoramento ou treinamento. A Comissão cuidou de estabelecer critérios diferenciados de avaliação para os servidores que atuam em atividades exclusivas de Estado, como policiais, procuradores, defensores públicos e auditores tributários.

É evidente que o mencionado Projeto de Lei ainda terá de percorrer um lon-

go caminho antes de sua aprovação final pelo Congresso Nacional e sanção do Presidente da República. Passará por outras três comissões do Senado e depois segue para a Câmara Federal. Temos de comemorar que algo começou a ser feito em prol de uma melhoria realmente significativa dos serviços públicos prestados à população, pois esta, cansada de sofrer as consequências de tanta incompetência e de tanto tratamento indigno, exige que sejam demitidos de seus cargos não só os servidores que vierem a cometer crimes, mas também aqueles que, se valendo da condição de estável, acomodam-se e se recusam a aperfeiçoar e atualizar seus conhecimentos.

Raymundo Pinto, desembargador aposentado, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. racpinto@uol.com.br